

UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA DO *BULLYING* ESCOLAR

Anna Carolina Mendonça Lemos

RESUMO – O *bullying* escolar é uma forma de agressão velada dentro da instituição educacional, que acarreta danos, freqüentemente irreversíveis, na vida global dos envolvidos, de modo a destruir-lhes a saúde, psicológica e física. Além de conseqüências como rebaixamento da auto-estima, depressão e marginalização, pode estimular desejos (e atitudes) de suicídio e assassinato. Portanto, merece intervenção de áreas profissionais distintas, preferencialmente em uma atuação em equipe, na qual também participam a família e a escola. A Psicopedagogia, institucional e clínica, pela sua parcela de participação, objetiva resgatar o desejo de aprender perdido da vítima, do agressor e dos espectadores do fenômeno. Portanto, o presente estudo visou desenvolver uma ligação entre o *bullying* e a teoria psicopedagógica, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma intercessão entre ambos, capaz de auxiliar profissionais, pais, interessados e envolvidos.

UNITERMOS: Aprendizagem. Transtornos de aprendizagem. Agressão. Comportamento. Saúde do adolescente.

Anna Carolina Mendonça Lemos - Psicopedagoga associada da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Brasília, assessora da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, psicopedagoga do APRENDIZ – Espaço Psicopedagógico Clínico e Institucional – e membro acadêmico da Associação da Refundação Psicanalítica Internacional – ARPI.

Correspondência

Anna Carolina Mendonça Lemos
SGAS 915 – Bloco A – sala 309 – Ed. Office Center
Asa Sul – Brasília – DF – 70390-150
Tel.: (61) 3346-3698 – (61) 3348-9009
E-mail: annaclemos@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O *bullying* é um fenômeno de agressão velada, física, verbal ou psicológica, capaz de acarretar enorme prejuízo emocional, psicológico e social no indivíduo vitimizado. Portanto, por se tratar de uma realidade também presente no âmbito escolar, capaz de comprometer o processo de aprendizagem, a psicopedagogia não poderia deixar de analisá-lo, bem como de preparar-se para atuar em situações correlacionadas.

Este artigo pretende desenvolver uma ligação entre o *bullying* e a teoria psicopedagógica, a ponto de possibilitar que os profissionais preocupados com o fenômeno, além dos próprios envolvidos, pais e interessados, recebam mais informações capazes de remetê-los a uma atitude eficaz na prevenção, diminuição, ou quem sabe, no combate ao fenômeno *bullying* e seus efeitos.

A TEORIA PSICOPEGAGÓGICA

A psicopedagogia se ocupa do estudo do processo de aprendizagem humana, de forma preventiva e terapêutica. Entretanto, ainda que o enfoque da psicopedagogia seja os problemas de aprendizagem, é necessário que se ocupe do processo de aprendizagem como um todo, a fim de descobrir as barreiras que impedem ou atrapalham o aprendiz de se autorizar a saber.

Segundo Bossa¹, a Psicopedagogia, atualmente, trabalha com uma concepção de aprendizagem, segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio.

Os fatores biológicos (intrínsecos) têm tanta importância quanto os sociais (extrínsecos), pois, além de estarem completamente entrelaçados, são capazes de influenciar positiva ou negativamente o processo de aprendizagem. Portanto, de acordo com Paín², existem dois tipos de condições para a aprendizagem: as externas, que definem o campo do estímulo, e as internas, que definem o sujeito.

Em conformidade, Fernández³ afirma que para aprender é necessário que existam vínculos de aprendizagem, que supõem a articulação com o meio, dos intercâmbios afetivos, cognitivos, orgânicos, simbólicos e virtuais. Tal afirmação infere que a aprendizagem está relacionada a um aprendente e a um ensinante – este, não somente o professor, mas qualquer pessoa participante do processo educacional do sujeito – e no vínculo estabelecido entre eles.

Ademais, Fernández³ afirma que todo o processo de aprendizagem implica quatro dimensões articuladas, de modo a não ser aceito falar de aprendizagem excluindo qualquer uma. São elas: organismo, corpo, inteligência e desejo.

O organismo, de acordo com Fernández³, constitui a infra-estrutura neurofisiológica de todas as coordenações possíveis e possibilita a memória dos automatismos, ou seja, é um funcionamento já codificado, que necessita do corpo. Em concordância, Weiss⁴ afirma que alterações nos órgãos sensoriais impedirão ou dificultarão o acesso aos sinais do conhecimento. No entanto, é conveniente destacar que pessoas com limitações orgânicas podem não apresentar problemas na aprendizagem, visto que, dentro de suas possibilidades, não há déficit, ou seja, o processo de aprendizagem flui corretamente dentro de suas limitações.

O corpo, por sua vez, é o meio por onde passa a aprendizagem, do início até o seu fim, desde a mais tenra idade. É por meio da exploração do corpo que o bebê começa absorver as suas primeiras aprendizagens e a formar a sua identidade. Dessa forma, os sentimentos e os pensamentos são transmitidos a partir do corpo e, portanto, o conhecimento é fornecido e adquirido igualmente a partir dele.

A dimensão cognitiva, que engloba a inteligência, caracteriza-se pela construção da objetividade, ou seja, refere-se à estrutura lógica. De acordo com Fernández³, a inteligência tende a objetivar, a buscar generalidades, a classificar, a ordenar, a procurar o que é semelhante, o comum. Para tanto, Piaget⁵ afirma que a cognição utiliza os mecanismos de acomodação e de

assimilação, os quais participam da absorção do conhecimento ao longo do processo de amadurecimento das ações mentais da criança em busca de uma organização lógica dos objetos e do mundo. Uma aprendizagem "normal" refere-se a um equilíbrio entre os movimentos assimilativos e acomodativos.

Segundo Fernández³, o conteúdo de um conhecimento provém de um ensino (sistemático ou assistemático), mas a possibilidade de processar este conteúdo depende da presença, no sujeito, de uma estrutura cognitiva, adequada ao nível de compreensão requerido e de um vínculo que possibilite representar esse conhecimento.

A dimensão simbólica, por fim, engloba o desejo e refere-se à construção da subjetividade, ou seja, da apropriação e representação do objeto. De acordo com Fernández³, é o nível simbólico que organiza a vida afetiva e a vida das significações. A linguagem, o gesto e os afetos agem como significados ou significantes, com os quais o sujeito pode dizer como se sente ao mundo. Portanto, expressa nossos sonhos, nossos erros, nossas lembranças, nossas falhas, nossos mitos. Trata-se, por conseguinte, das significações dadas aos representantes psíquicos existentes no inconsciente, caracterizando a importância do meio externo à formação psíquica do sujeito.

Dessa forma, segundo Fernández³, a aprendizagem é um processo que se significa familiarmente, ainda que se aproprie individualmente, intervindo o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo do aprendente e também do ensinante. Assim, no aprender, interagem a elaboração objetivante (inteligência) e subjetivante (desejo). O sintoma instala-se sobre uma modalidade e essa modalidade tem uma construção pessoal a partir dos quatro níveis (organismo, corpo, inteligência e desejo).

Assim, para aprender é necessária a articulação entre os quatro níveis. Então, quando uma dificuldade de aprendizagem se instaura? Ou seja, quando o processo de aprendizagem passa a apresentar falhas, problemas, limitações, inibições ou bloqueios? Quando ocorre desarmonia entre os níveis. E quando ocorre uma desarmonia

entre os níveis? Quando um fator, externo ou interno, possui força suficiente para lhe ser causador.

Fernández afirma que fatores externos à estrutura familiar e individual do sujeito, ou seja, provenientes da ordem educativa, ocasionam o denominado problema de aprendizagem reativo, enquanto que os internos são considerados inibição ou, ainda, sintoma.

Vorcaro⁶, em conformidade, afirma que a causa dos problemas de aprendizagem passa a ser analisada a partir de três modelos: 1) a causalidade orgânica, a qual remete a problemas biológicos, genéticos e físicos; 2) a causalidade a partir de determinação dada pela escola fracassada, ou seja, é decorrente da conduta da escola; e, 3) a causalidade determinada pela posição da criança no discurso dos pais, isto é, oriunda das questões parentais, que demonstram que a série de significantes inconscientes relacionada ao ato de aprender inibiu a aprendizagem.

A escola e a família, portanto, são efetivamente contribuintes e definidores do desenrolar saudável ou do fracasso da aprendizagem. Como educadores, possuem imensa relevância no estímulo a um processo de aprendizagem fluido e sua conduta, sua postura, seu exemplo, sua maneira de lidar com o sujeito, com o objeto de conhecimento e com a forma de circulação do saber são fundamentais para desenvolver no sujeito uma motivação para o saber. Em contrapartida, no caso de uma má condução, são capazes, igualmente, de desenvolver bloqueios e de impedir que a aprendizagem se processe corretamente.

Segundo Paín², os problemas de aprendizagem são perturbações produzidas durante a aquisição e não nos mecanismos de conservação e disponibilidade, embora estes aspectos mereçam consideração. Assim, com exceção das rupturas muito precisas, a significação do problema de aprendizagem não deve procurar-se no conteúdo do material sobre o qual se opera, mas, preferencialmente, sobre a operação como tal.

Portanto, assim como a aprendizagem participa de um processo, a não-aprendizagem também. O não-aprender é oriundo de um

processo desenvolvido no âmbito no qual o sujeito está envolvido, com participação de outras pessoas, outros desejos, outros significantes, embora a um possível fato específico lhe seja atribuída a "culpa". Nota-se, entretanto, que, muitas vezes, o fator gerador da dificuldade de aprendizagem tem menos valor do que o processo dele decorrente.

A psicopedagogia visa, justamente, desenvolver um trabalho com a criança, a família e a escola, sensibilizando-os sobre a importância de sua conduta. Institucionalmente, o trabalho psicopedagógico contribui para a prevenção ou diminuição de dificuldades de aprendizagem, objetivando favorecer um ambiente educacional saudável que não estimule bloqueio ou limitação da aprendizagem, por meio da aplicação de métodos preventivos com os alunos, a equipe de profissionais e a família. Ademais, visa detectar os problemas já instalados e, caso necessário, propor mudanças na estrutura geral da escola, na conduta de profissionais específicos e/ou encaminhar o discente a um clínico.

Clinicamente, a psicopedagogia contribui para o tratamento das dificuldades instauradas. Bossa¹ considera, ainda, que o trabalho clínico na Psicopedagogia tem função preventiva na medida em que, ao tratar determinados problemas, pode prevenir o aparecimento de outros.

O psicopedagogo, ao receber um sujeito com queixa de dificuldade de aprendizagem, seja encaminhado pela escola, por outro profissional, pelos pais ou por iniciativa do próprio aprendiz, inicia um processo diagnóstico para investigação da causa do problema.

A partir do resultado do diagnóstico podem ser adotadas algumas das seguintes medidas: início do atendimento psicopedagógico, encaminhamento a especialistas diversos (seja por não ser atuação de psicopedagogo, seja para trabalho multidisciplinar), intervenção na escola e intervenção na família.

O atendimento psicopedagógico, por sua vez, no caso de o diagnóstico apontar a sua necessidade, está respaldado, de acordo com Amaral⁷, nos seguintes pilares: 1) a re-significação das

fantasias relacionadas ao ato de aprender; 2) a restauração do vínculo que o sujeito estabelece com o objeto de conhecimento; 3) a reconstrução da auto-imagem do sujeito enquanto aprendiz, e; 4) a reparação do vínculo do sujeito com o ensinante.

Segundo Chamat⁸, uma das características mais marcantes da proposta oferecida é a busca e valorização das possibilidades do ser que aprende, viabilizando o caminho para a auto-estima que se constitui a chave-mestra do desenvolvimento do pensamento a partir da internalização da crença em si mesmo e consolidação de um objeto permanente. Isso lhe possibilitará a libertação da afetividade, formação de vínculos e, conseqüentemente, da motivação para a busca do saber.

Em suma, a psicopedagogia visa possibilitar que as quatro dimensões (orgânica, corporal, cognitiva e simbólica), quando desarmônicas, sejam novamente intercambiáveis, a ponto de possibilitar que o processo de aprendizagem deslanche com a fluidez necessária. Ademais, cabe-lhe detectar a causa de tal desarmonia, ou seja, quais questões ocasionam o distanciamento do aprendiz com o saber (orgânicas, escolares, familiares).

O BULLYING ESCOLAR

Embora sempre presente em todas as escolas, o *bullying* passou a ser estudado cientificamente somente nas últimas décadas, tamanha a preocupação dos profissionais ao perceber a capacidade da agressão de gerar traumas, muitas vezes, irreversíveis nos envolvidos.

A violência velada, caracterizada pela constância e repetição de agressões – física, verbal ou psicológica – a uma criança ou adolescente, passou a ser denominada *bullying*.

Segundo Fante⁹, por definição universal, *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente,

acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os às exclusões, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying*.

Portanto, o fenômeno *bullying* envolve o(s) agressor(es), a(s) vítima(s) e espectador(es).

O agressor costuma estar em situação de poder, autoridade e admiração, atingindo a vítima com constantes emissões de ameaças, intimidações, apelidos maldosos, gozações, humilhações, ofensas, intrigas, xingamentos, agressões físicas, discriminação, constrangimentos, insultos, perseguições, chantagens, dentre outros. Segundo Fante⁹, tal comportamento é decorrente de carência afetiva, ausência de limites e maus-tratos e explosões emocionais violentas provenientes dos pais, caracterizando uma ausência de modelos educativos humanistas éticos. Ademais, podem desenvolver uma tendência ao uso de drogas e ampliação do fenômeno *bullying* em casa e no trabalho.

Os espectadores, ou testemunhas, por razões diversas, assistem à violência, porém nada fazem, mesmo que sejam desfavoráveis ao fato. Para Fante⁹, podem se sentir inseguros e incomodados com a situação e, portanto, também tendem a ter o processo de aprendizagem comprometido.

A vítima, por sua vez, ainda segundo Fante⁹, tende a ter um perfil típico, que engloba "timidez, ansiedade, insegurança, falta de habilidades para se impor, medo de denunciar seus agressores, baixa auto-estima, o que a torna vulnerável e passiva à ação do agressor. Muitas vezes, possui alguma característica física ou comportamental marcante, como obesidade, baixa estatura, sardas, não gostar de praticar esportes, dentre outras, o que a destaca e a faz diferente dos demais, despertando a atenção do agressor.

Em decorrência do *bullying*, a vítima pode desenvolver ou estimular pensamentos suicidas, isolamento, ansiedade, ira, indignação, rebaixamento ainda maior da auto-estima, depressão, medo, traumas, angústia, vergonha, desejo de vingança, problemas psicossomáticos, marginalização, muito sofrimento e aversão à escola.

Fante⁹ afirma que essas mobilizações psíquicas de medo, constrangimento, angústia e raiva reprimida poderão aprisionar sua mente a construções inconscientes de cadeias de pensamentos, que resultarão em dinâmicas psíquicas destrutivas de si mesma e da sociedade como, por exemplo, a instalação do desejo de matar, por vingança, o maior número possível de pessoas, seguido de suicídio. O trágico é que as vítimas desse fenômeno são feridas na área mais preciosa, íntima e inviolável do ser – a sua alma.

Entretanto, mesmo que as seqüelas não atinjam fatalidades irreversíveis, podem acarretar um prejuízo incalculável, em diversos âmbitos, à vítima, aos agressores e às testemunhas, caso não recebam o atendimento necessário.

Segundo Costantini¹⁰, nesses comportamentos, às vezes considerados irrelevantes, pesa de maneira decisiva a ausência de intervenção por parte dos adultos. A escola, portanto, enquanto instituição educadora, não pode ser omissa ao fenômeno *bullying* e deve ser compromissada em ater-se ao fato, buscar atualizar-se e agir de forma eficiente no combate ao mesmo.

Todos os profissionais do âmbito escolar devem estar engajados no processo, comprometidos com a elaboração e desenvolvimento de debates, palestras, campanhas, trabalhos específicos, parceria com a família e com demais profissionais, dentre outros, para que, futuramente, possam se orgulhar do ambiente sadio e pacífico que estimularam, em decorrência do desenvolvimento de uma vinculação entre cognição e afeto dentro do ambiente escolar.

Em contrapartida, em condição de parceria, a família, de todos os envolvidos, não deve deixar que a situação seja resolvida somente pela escola, devendo contribuir com uma participação ativa. A influência familiar é definidora no desenvolvimento da estrutura psicológica da criança e, portanto, os pais devem se comprometer a oferecer-lhe, desde o seu nascimento, uma formação digna, respeitosa e saudável.

Todo o esforço dispensado não será em vão, visto que, de acordo com Beaudoin & Taylor¹¹, o *bullying* e o desrespeito tendem a desaparecer

onde haja um clima de atenção e de vínculo entre as pessoas.

A PSICOPEDAGOGIA E O BULLYING ESCOLAR

De acordo com a teoria psicopedagógica, o *bullying* é considerado um dos atuais causadores de problemas de aprendizagem, visto ser capaz de desarmonizar as dimensões cognitiva, simbólica, orgânica e corporal. A aprendizagem, de acordo com Negrine¹², necessita de motivação como componente inerente ao processo, visto estar sempre presente como desencadeadora da ação.

Em conformidade, Spitz¹³ afirma que os afetos determinam a relação entre percepção e cognição, e servem para explicar comportamentos e acontecimentos psicológicos. Natural, então, que o objeto de aprendizagem deixe de ser objeto de desejo e passe a ser considerado objeto de repulsa, acarretando, portanto, o não-aprender.

Evidente, então, que o processo educacional se torne comprometido, visto que o aluno, desmotivado, passa a não mais ter interesse em frequentar a escola. A partir de então, passa a inventar qualquer motivo para faltar às aulas, não se preocupa em realizar as tarefas, não presta atenção às explicações, não se socializa, enfim, não desenvolve um envolvimento emocional saudável com o ambiente escolar. Em consequência, o aprendiz tende à retenção de série, troca de escola e, até mesmo, evasão escolar.

O ambiente escolar, conseqüentemente, torna-se inadequado à vítima, uma vez que os colegas, que deveriam estar enquadrados em um nível de amadurecimento e de comportamento similares, passam a ser considerados como agressores ou impotentes; o agressor, propriamente dito, amedronta-lhe, de modo a fazê-la perder qualquer motivação relacionada ao estudo (ou a si mesma), além de tender a ter o seu próprio processo educacional abalado; as testemunhas passam a ser vistas como rivais e desinteressadas na resolução do problema, além de também poderem estar comprometidas educacionalmente; a família e a escola, por sua vez, quando

desconhecem o fato, igualmente não se tornam contribuinte ao fim do sofrimento e, quando cientes da situação, seja por ignorância ou displicência, freqüentemente ignoram-na, considerando tratar-se de comportamentos comuns à idade e sem importância.

A vítima, conseqüentemente, tende a se excluir de todos os envolvidos e a manter-se em um completo isolamento, por considerar-se sozinha, abandonada e incompreendida. Como, muitas vezes, não pode dispensar a escola, sozinha em seu sofrimento, acaba forçando uma motivação para frequentar aquele espaço, sem, obviamente, aproveitar devidamente as ofertas educacionais, gerando as falhas no seu processo de aprendizagem.

Segundo Fante⁹, a superação dos traumas causados pelo fenômeno poderá ou não ocorrer, dependendo das características individuais de cada vítima, bem como o da sua habilidade de se relacionar consigo mesma, com o meio social e, sobretudo, com a sua família.

Portanto, não sobram dúvidas de que o fenômeno *bullying* é capaz de acarretar prejuízo na aprendizagem daqueles que nele estão envolvidos. Entretanto, como não apenas o campo do conhecimento torna-se comprometido, é necessário que outros profissionais intervenham, além do psicopedagogo, a fim de resgatar os demais desejos perdidos do sujeito.

CONCLUSÃO

O fenômeno *bullying* é capaz de desenvolver sérios comprometimentos ao processo de aprendizagem, visto que desenvolve, na instituição educacional, um ambiente nocivo não somente às vítimas, mas a todos, direta ou indiretamente, envolvidos.

Seus efeitos são capazes de efetivamente desarmonizar as dimensões cognitiva, corporal, simbólica e orgânica, acarretando um conflito entre as questões internas e externas ao sujeito. Os estragos emocionais, sociais e psicológicos graves gerados têm força suficiente para impedir que o sujeito tenha um envolvimento saudável e propício com o objeto de conhecimento.

Embora seja evidentemente estudo da psicopedagogia, o *bullying* deve receber também devida importância de todos os profissionais que atendem à criança, tais como psicopedagogo, psicólogo, pedagogo, psicanalista, dentre outros, todos com o objetivo de fortalecer a estrutura emocional do sujeito e possibilitar que suas relações inter e intrapessoais sejam bem (re)estruturadas.

Ademais, a escola e a família, como contribuintes do surgimento e desenvolvimento do *bullying*, por sua forma de atuação, também devem ser responsáveis pela sua prevenção e pelo seu fim, o que demanda conscientização efetiva do seu papel no processo da estruturação do sujeito.

Portanto, trata-se de um trabalho de combate em equipe, em que cada um deve oferecer uma contribuição eficaz. Evidente que não se trata de algo fácil, não somente, e principalmente, por se tratar de seres humanos – fato que atinge a individualidade, estruturas familiar, social, educacional arraigadas, etc. – mas porque o

próprio fenômeno começou a ser estudado cientificamente há pouco tempo.

Ainda há muito a ser explorado, elaborado, simbolizado sobre o *bullying*, a começar pela própria questão nominal, a qual, no Brasil, continua sem tradução do inglês. Qual seria o motivo para que não haja uma palavra ou um termo equivalente em português?

Dessa forma, concluo este artigo deixando-o em aberto, como demonstração explícita de que a realidade da referida violência merece receber continuado estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, às Promotoras de Justiça e aos colegas da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, às psicopedagogas do APRENDIZ – Espaço Psicopedagógico Clínico e Institucional – e aos membros da ARPI, que diretamente influenciaram e estimularam a elaboração do presente estudo.

SUMMARY

Bullying in schools: a psychopedagogical vision

School bullying is a form of hidden aggression within the educational institution which causes damage, frequently irreversible, to the lives of those involved; harming - possibly destroying the victim's health, psychological, and physical well being. As well as lowering self esteem, bringing on depression, social isolation and interpersonal problems in later life, bullying can, in the worst case scenarios, push its victims to commit suicide or even murder. Treatment from various professional areas must be sought, preferably in conjunction with family and the school. The objective of Psychopedagogy, both institutional and clinical, is to recover the desire to learn, normally lost by the victim as a result of bullying. The purpose of this study is to establish how psychopedagogy can directly support victims of bullying, and create a link between them, in order to assist the work of professionals, and be informative to families and interested members of the public.

KEY WORDS: Learning. Learning disorders. Aggression. Behavior. Adolescent health.

REFERÊNCIAS

1. Bossa NA. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2000.
2. Paín S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed; 1992.
3. Fernández A. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed; 1991.
4. Weiss MLL. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2002.
5. Piaget J. O nascimento da inteligência na criança. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC; 1987.
6. Vorcaro A. Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud; 2005.
7. Amaral ALSN. Os quatro pilares do atendimento psicopedagógico. Rev Psicopedagogia 2001; 19(1): 66-9.
8. Chamat LSJ. Técnicas de diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista. São Paulo: Vetor; 2004.
9. Fante C. Fenômeno *bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2ª ed. Campinas/SP: Veru; 2005.
10. Costantini A. *Bullying*: como combatê-lo, prevenir e enfrentar a violência entre os jovens. São Paulo: Itália Nova; 2004.
11. Beaudoin M, Taylor M. *Bullying* e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed; 2006.
12. Negrine A. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: PRODIL; 1994.
13. Spitz RA. O primeiro ano de vida. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.